

Justiça Federal - Seção Judiciária de Minas Gerais

Nível 4 - Pasta/Processo

1. Área de identificação

Código de referência	JFMG PF PPF 0012
Título	Processo Crime de conspiração contra a República
Data(s)	1894-09-20 - 1895-06-20 (Produção)
Nível de descrição	Pasta/Processo
Dimensão e suporte	1 volume(s); 1 pasta(s); 2 itens documentais; 28 folhas; suporte(s) papel.

2. Área de contextualização

Nome(s) do(s) produto(res)	Justiça Federal (autor)
Nome(s) do(s) produto(res)	Silva, Jose Cleto da (réu)
História arquivística	O documento foi anteriormente referenciado em listagens sumárias nos anos de 1997 e 2015. Códigos de localização anteriores: [1988] (1997), [00.00100089-0] (2015).

3. Área de conteúdo e estrutura

Âmbito e conteúdo

Traslado de Processo Judicial de crime político. Crime de conspiração contra a República, autuado em 20/09/1894, em Curitiba, por ter o réu aceitado o cargo no Governo Revolucionário estabelecido em Curitiba, de Secretario de Estado dos Negócios de Finança, Comércio e Indústrias. O juiz de Curitiba pronunciou o réu no crime de conspiração, o escrivão lançou o nome do réu no rol dos culpados, e expediu-se mandado de prisão contra o réu. Após, foi buscado o réu para intimação e não encontrado, e o Juiz Seccional do Paraná ordenou o envio do processo para o juiz de Minas Gerais. O réu constituiu advogado que entrou com recurso contra o despacho de pronúncia e requereu o envio do processo ao Supremo Tribunal Federal com base no art.63 da Lei 848 de 11/10/1890. O Juiz de Minas Gerais mandou o processo para procuradoria apresentar as razões do recurso. O procurador do Estado alegou ser o recurso inadmissível em razão de não se poder recorrer sem estar preso. O Juiz decidiu que por ser "matéria especial e complicada" e entender ser São Paulo a devida cidade a julgar o processo remeteu o processo para análise do STF. Documentos que compõem a pasta: 0008-01 Traslado (Denúncia, depoimentos de testemunhas, recurso do autor, razões do procurador do estado, decisão do Juiz enviando processo ao STF); 0008-02 Certidão de Remessa dos Autos ao Supremo Tribunal Federal (Rio de Janeiro).

4. Área de condições de acesso e uso

Idioma

Português; Manuscrita.

6. Área de notas

Notas sobre conservação Todas as folhas estão com amarelecimento e mini dobras nas laterais. Perda de suporte em algumas páginas, rasgos e vincos.

Notas gerais Complemento do conteúdo: No processo o réu foi denunciado por Crime de Conspiração, presente no artigo 115, §4º, fl.2, verso, do Código Penal de 1890. Processo pertencente a Curitiba que foi enviado para Minas Gerais por força do artigo 93, da Lei 261 de 03/12/1841, e aviso da Justiça n.290, de 20/02/1895. Período da Revolução Federalista (1893-1895).

7. Área de controle da descrição

Nota do arquivista Tandresse Souza (descrição); Samira Rodrigues (revisão); Hellen Batista (revisão).

Data(s) da(s) descrição(ões) Descrição: 25/01/2022; Revisão: 31/01/2023; Revisão: 31/03/2023.

8. Área de pontos de acesso e indexação de assuntos

Pontos de acesso (temáticos) Crime de Conspiração contra a República; Crime político;

Pontos de acesso (onomásticos) Bittencourt, Damaso Correia (escrivão no Paraná); Lima, Jose da Costa (escrivão em Ouro Preto); Moura, Manoel Ignacio Carvalho de (Juiz do despacho de pronúncia no Paraná); Pereira, Gabriel (escrivão interino do Paraná);

Pontos de acesso (geográficos) Curitiba (PR); Ouro Preto (MG) | local de produção.